

Cooperativas escolares e educação integral
mediações pedagógicas e capital social na formação emancipadora

Marco Aurélio da Silva¹
Liziany Muller²

Resumo: A consolidação de práticas pedagógicas inovadoras constitui um dos maiores desafios da educação contemporânea. No contexto brasileiro, ainda marcado por desigualdades estruturais e modelos instrucionistas, emergem experiências que articulam aprendizagem, participação e compromisso comunitário — entre elas, o movimento das Cooperativas Escolares. Este artigo analisa criticamente o papel dessas cooperativas como espaços de formação integral e cidadania, com ênfase no Programa Cooperativas Escolares, fomentado pelo Sicredi no Vale do Rio Pardo/RS. A partir de uma abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada em revisão bibliográfica e dados secundários, o estudo examina o cooperativismo como prática educativa emancipadora, capaz de articular saber, solidariedade e autonomia. O texto ancora-se teoricamente em autores clássicos da educação ativa, como John Dewey e Célestin Freinet, e em perspectivas contemporâneas de Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin e José Carlos Libâneo, que reforçam a urgência de epistemologias participativas e democráticas. Argumenta-se que as cooperativas escolares constituem laboratórios de cidadania e capital social, promovendo uma educação que transcende os limites da instrução formal e se insere no horizonte de uma pedagogia da cooperação e da integralidade humana.

Palavras-chave: Educação cooperativa; Cooperativas escolares; Educação integral; Protagonismo estudantil; Capital social.

School cooperatives and integral education
pedagogical mediations and social capital in emancipatory formation

Abstract: The consolidation of innovative pedagogical practices remains one of the main challenges of contemporary education. In Brazil, where educational structures are still shaped by inequality and traditional instructional models, new experiences emerge that connect learning, participation, and community engagement — among them, School Cooperatives. This article critically analyzes the role of these cooperatives as spaces for integral education and citizenship, focusing on the School Cooperatives Program promoted by Sicredi in the Vale do Rio Pardo region of Rio Grande do Sul. Based on a qualitative and interpretive approach grounded in bibliographic review and secondary data, the study examines cooperativism as an emancipatory educational practice that unites knowledge, solidarity, and autonomy. The theoretical framework draws upon classic thinkers of active education such as John Dewey and Célestin Freinet, alongside contemporary perspectives from Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin, and José Carlos Libâneo, emphasizing participatory and democratic epistemologies. It argues that school

¹Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6665383866556823>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>, endereço de e-mail: marcoaurelio22000@gmail.com.

²Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Pós-doutorado em Zootecnia no Programa de Pós Graduação em Zootecnia na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7325-6611>, endereço de e-mail: liziany.muller@ufsm.br.

cooperatives function as laboratories of citizenship and social capital, fostering an education that transcends formal instruction and advances toward a pedagogy of cooperation and human wholeness.

Keywords: Cooperative education; School cooperatives; Integral education; Student protagonism; Social capital.

**Cooperativas escolares y educación integral:
*mediaciones pedagógicas y capital social en la formación emancipadora***

Resumen: La consolidación de prácticas pedagógicas innovadoras constituye uno de los mayores desafíos de la educación contemporánea. en el contexto brasileño, aún marcado por desigualdades estructurales y modelos instrucionistas, emergen experiencias que articulan aprendizaje, participación y compromiso comunitario —entre ellas, el movimiento de las cooperativas escolares. este artículo analiza críticamente el papel de estas cooperativas como espacios de formación integral y de ciudadanía, con énfasis en el programa cooperativas escolares, impulsado por sicredi en el valle del río pardo/rs. a partir de un enfoque cualitativo e interpretativo, basado en una revisión bibliográfica y en datos secundarios, el estudio examina el cooperativismo como una práctica educativa emancipadora, capaz de articular saber, solidaridad y autonomía. el texto se sustenta teóricamente en autores clásicos de la educación activa, como john dewey y célestin freinet, y en perspectivas contemporáneas de boaventura de sousa santos, edgar morin y josé carlos libâneo, que refuerzan la urgencia de epistemologías participativas y democráticas. se argumenta que las cooperativas escolares constituyen laboratorios de ciudadanía y de capital social, promoviendo una educación que trasciende los límites de la instrucción formal y se inscribe en el horizonte de una pedagogía de la cooperación y de la integralidad humana.

Palabras clave: educación cooperativa; cooperativas escolares; educación integral; protagonismo estudiantil; capital social.

Introdução

O século XXI intensificou os dilemas da educação diante de transformações econômicas, tecnológicas e culturais que impõem novas exigências ao processo formativo. A pandemia de Covid-19 revelou, de forma contundente, as fragilidades do sistema educacional brasileiro, caracterizado pela desigualdade digital, pela fragmentação curricular e pela prevalência de práticas transmissivas. Essa conjuntura reforça a necessidade de repensar os fundamentos da escola, suas metodologias e seu compromisso com a formação integral dos sujeitos — não apenas como reprodutora de conteúdos, mas como espaço de aprendizagem significativa, engajamento cívico e emancipação social.

Nesse contexto, as Cooperativas Escolares configuram-se como experiências pedagógicas inovadoras que entrelaçam os campos da educação, economia solidária e gestão democrática. Inspiradas em princípios do cooperativismo, essas iniciativas

aproximam escola e comunidade, promovendo o protagonismo discente, a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento do senso de corresponsabilidade. Para além de um projeto extracurricular, as cooperativas escolares operam como microssistemas sociais em que os estudantes vivenciam valores de solidariedade, justiça e participação, internalizando práticas democráticas e empreendedoras.

O Programa Cooperativas Escolares, desenvolvido pelo Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), consolida essa proposta ao oferecer uma metodologia estruturada que alia prática social e formação cidadã. Ao incentivar o trabalho coletivo, o planejamento participativo e a autonomia estudantil, o programa contribui para a construção de capital social educacional, entendido aqui, segundo Putnam (2000) e Bourdieu (2002), como o conjunto de redes de confiança e reciprocidade que fortalecem a coesão social e a capacidade inovadora das instituições.

O presente artigo propõe uma análise crítica dessa experiência, tomando como foco empírico a atuação do Sicredi Vale do Rio Pardo/RS, e discutindo a relação entre o cooperativismo educacional e a formação integral. A investigação articula fundamentos teóricos do pensamento educacional moderno Dewey, Freinet e Freire — às contribuições contemporâneas de Boaventura de Sousa Santos (2019, 2020), Morin (2021) e Libâneo (2022), que defendem uma pedagogia dialógica, interdisciplinar e democrática. Parte-se da hipótese de que o movimento cooperativo escolar é um espaço fértil para a construção de uma educação transformadora, capaz de integrar saberes, fortalecer vínculos comunitários e promover o protagonismo juvenil.

Além de discutir o significado pedagógico e social das cooperativas escolares, busca-se compreender como essas experiências contribuem para ressignificar o papel da escola no século XXI — não apenas como instituição de ensino, mas como núcleo formador de cidadania, solidariedade e inovação social. O estudo pretende, assim, somar-se às reflexões sobre as possibilidades de uma educação pública de qualidade, democrática e humanizadora, ancorada nos princípios do cooperativismo e na construção de um novo paradigma civilizatório baseado na cooperação e na sustentabilidade.

O cooperativismo e a educação integral

A compreensão do cooperativismo como prática educativa exige uma leitura histórica e filosófica de sua origem e evolução. Desde as primeiras experiências cooperativas na Inglaterra do século XIX — como a dos Pioneiros de Rochdale —, o movimento emergiu como reação ética e social à exploração capitalista e à fragmentação das relações humanas. Mais do que uma alternativa econômica, o cooperativismo constituiu-se como uma filosofia de vida alicerçada na solidariedade, na autogestão e na responsabilidade coletiva.

Autores como Schneider (2010) e Balzan (2018) destacam que, desde suas origens, o cooperativismo integrou uma dimensão formativa, na qual o aprendizado se dá por meio da participação e da corresponsabilidade. Nesse sentido, o quinto princípio cooperativista educação, formação e informação não é um simples preceito operacional, mas um eixo epistemológico: o conhecimento é produzido com os sujeitos, e não para eles. Essa ideia dialoga com a pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), que propõe a superação da “educação bancária” em favor de uma prática dialógica, emancipadora e vinculada à realidade social dos aprendizes.

Na contemporaneidade, o conceito de educação integral reforça essa visão holística da formação humana. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), educar integralmente significa promover o desenvolvimento cognitivo, emocional, ético, físico e social dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e de cultura. Essa perspectiva é aprofundada por Morin (2021), ao defender a necessidade de uma “educação para a complexidade”, capaz de integrar razão e sensibilidade, ciência e ética, indivíduo e comunidade. No mesmo horizonte, Boaventura de Sousa Santos (2020) argumenta que o conhecimento emancipador nasce da articulação entre saberes científicos e saberes populares, rompendo o “império cognitivo” da racionalidade ocidental e abrindo espaço para epistemologias plurais.

Nesse contexto, as Cooperativas Escolares configuram-se como espaços de materialização da educação integral. Nelas, os estudantes não apenas aprendem conteúdos, mas

experimentam o exercício da cooperação, da gestão democrática e da corresponsabilidade social. Ao vivenciar princípios como ajuda mútua, solidariedade e participação, o aluno desenvolve competências cognitivas e socioemocionais fundamentais para o século XXI, como autonomia, empatia e pensamento crítico — dimensões presentes também nas dez competências gerais da BNCC. Assim, a pedagogia cooperativa se apresenta como uma alternativa ao modelo competitivo e individualista predominante, propondo um paradigma educacional orientado pela colaboração, sustentabilidade e cidadania ativa.

As cooperativas escolares e o protagonismo discente

A emergência das cooperativas escolares no Brasil remonta às décadas iniciais do século XX, com experiências isoladas em escolas rurais e urbanas que buscavam articular ensino e vida comunitária. Todavia, é a partir da década de 1990, especialmente com o apoio de instituições como o Sicredi, que o movimento ganha força institucional e metodológica. Segundo o Guia do Programa Cooperativas Escolares (SICREDI, 2019), o objetivo é proporcionar a crianças e adolescentes a oportunidade de vivenciar, em contexto escolar, os valores e princípios do cooperativismo, formando cidadãos críticos, éticos e solidários.

A proposta pedagógica das cooperativas escolares aproxima-se das concepções de Dewey e Freinet, pioneiros na defesa de uma aprendizagem ativa e democrática. Dewey (1897) entendia a escola como um microcosmo da sociedade, onde a educação deveria preparar os indivíduos para a vida pública, por meio da experiência e da ação coletiva. Sua máxima “learning by doing” traduz o princípio de que o conhecimento se constrói no fazer, e não na mera recepção de informações. Já Freinet (2004), ao enfatizar o trabalho cooperativo, a autogestão e o jornal escolar, propôs uma pedagogia do engajamento, na qual os estudantes aprendem ao resolver problemas concretos da comunidade.

Essas ideias ressoam nas metodologias contemporâneas de aprendizagem colaborativa e projetos interdisciplinares, que situam o estudante como protagonista do processo educativo. Segundo Libâneo (2022) e Candau (2023), o protagonismo discente é

um elemento central na pedagogia democrática, pois desloca o foco do ensino para a aprendizagem e transforma o professor em mediador de experiências significativas. Nessa perspectiva, o cooperativismo escolar atua como um dispositivo pedagógico capaz de articular teoria e prática, estimulando a autonomia intelectual e o compromisso ético.

Além disso, as cooperativas escolares operam como espaços de educação econômica e social, desenvolvendo competências relacionadas à gestão, finanças e responsabilidade coletiva. Conforme Gadotti (2020) e Arroyo (2021), tais experiências dialogam com a noção de educação popular e economia solidária, ao promoverem a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua inserção no mundo e comprometidos com a transformação social. Desse modo, as cooperativas não apenas preparam para o mercado de trabalho, mas formam cidadãos capazes de repensar o próprio modelo econômico e civilizatório, baseando-se em valores de solidariedade e sustentabilidade.

O cooperativismo educativo no contexto contemporâneo

A sociedade contemporânea atravessa um processo de crise estrutural que abrange dimensões econômicas, políticas e ambientais. A lógica neoliberal, centrada na competitividade e na mercantilização da educação, tem produzido o que Boaventura de Sousa Santos (2020) denomina de “epistemicídio”: a destruição de formas alternativas de conhecimento e convivência. Nesse cenário, o cooperativismo educacional emerge como contra-hegemonia pedagógica, reafirmando o valor do coletivo e da reciprocidade.

A educação cooperativa apresenta-se, assim, como uma pedagogia da resistência e da reconstrução comunitária. Ao inserir estudantes em processos decisórios, as cooperativas escolares cultivam a experiência democrática desde a infância, fortalecendo o que Delors (1998) denominou de os “quatro pilares da educação”: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Tais pilares, reinterpretados sob uma ótica contemporânea, revelam-se indispensáveis à formação integral e à construção de um novo contrato social baseado no cuidado, na solidariedade e na participação.

Em perspectiva sociológica, as cooperativas escolares contribuem para a geração de capital social, conceito amplamente discutido por Putnam (2000) e Bourdieu (2002). O capital social refere-se às redes de confiança, normas de reciprocidade e relações de

pertencimento que fortalecem a coesão das comunidades. No campo educacional, ele se manifesta na capacidade das escolas de mobilizar recursos humanos e simbólicos para promover o bem comum. Assim, as cooperativas escolares representam não apenas uma estratégia pedagógica, mas uma prática de desenvolvimento comunitário que fortalece os vínculos entre escola, família e território.

Por fim, o cooperativismo educacional reafirma o princípio de que a educação é um bem público e coletivo, como defende Santos (2023) ao propor uma “ecologia dos saberes” voltada à reconstrução das práticas democráticas. Nessa lógica, a escola é compreendida como espaço de produção de solidariedade e de exercício da cidadania, rompendo com modelos hierárquicos e excludentes. As cooperativas escolares, ao incorporarem essa perspectiva, ampliam o papel da instituição educativa como núcleo de participação, aprendizagem e transformação social.

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, analítica e interpretativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. A metodologia apoia-se em autores como Minayo (2011) e Demo (2008), que concebem a pesquisa qualitativa como processo dialógico, sustentado pela capacidade de questionar e reinterpretar a realidade. Nesse sentido, o artigo propõe uma leitura crítica das fontes, priorizando o entendimento dos sentidos sociais e pedagógicos atribuídos às cooperativas escolares.

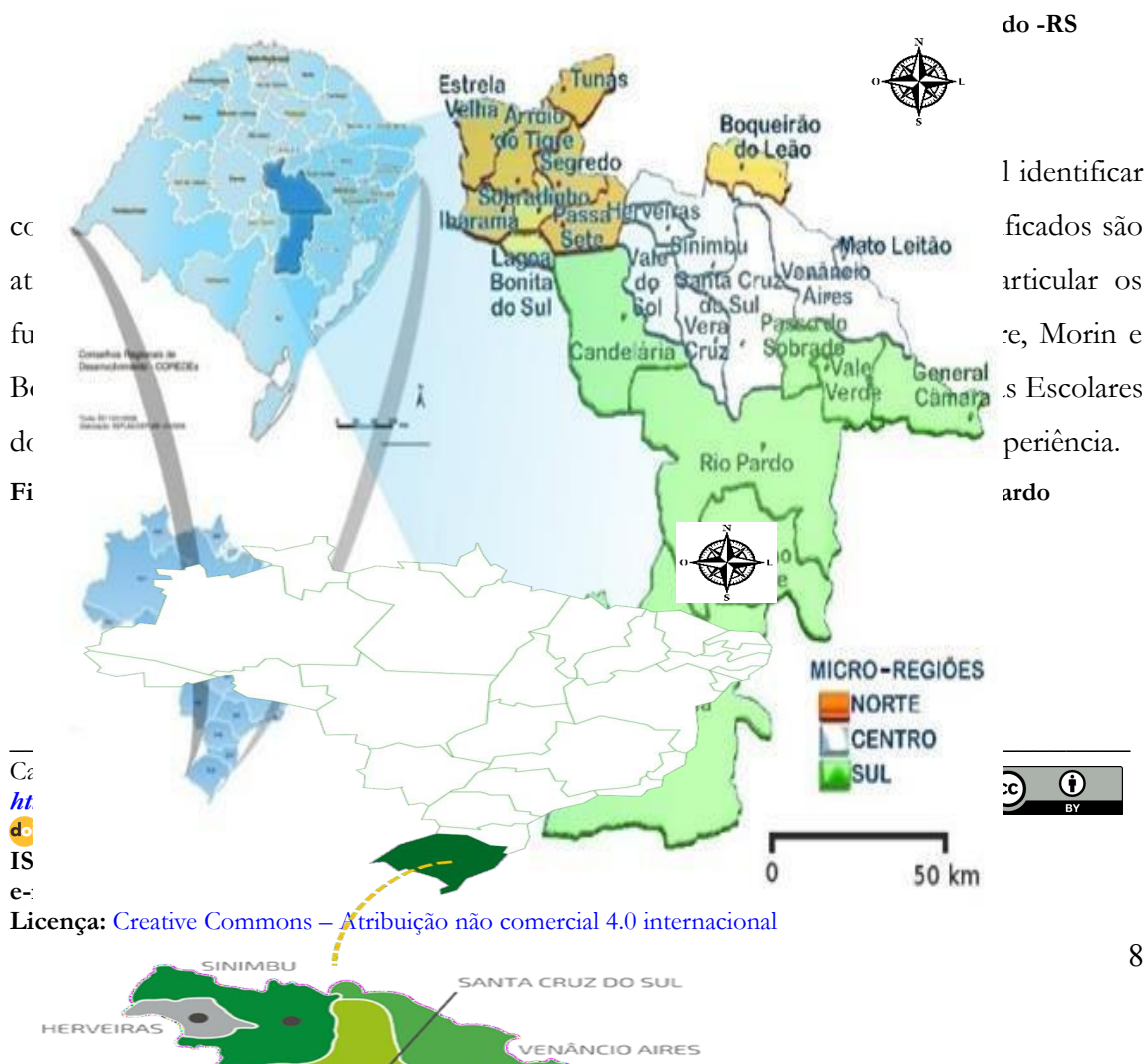
A pesquisa estrutura-se em três etapas complementares:

1. Revisão bibliográfica – levantamento de obras clássicas e contemporâneas sobre cooperativismo, educação integral e metodologias ativas, com ênfase em autores brasileiros e latino-americanos;
2. Análise documental – exame de relatórios, guias e publicações institucionais do Programa Cooperativas Escolares do Sicredi, com recorte para a região do Vale do Rio Pardo/RS;

3. Interpretação analítica – articulação dos dados obtidos com as categorias teóricas da pesquisa, permitindo identificar relações entre práticas cooperativas e formação cidadã.

Optou-se por essa abordagem por compreender que o fenômeno estudado — o cooperativismo escolar é essencialmente social, relacional e simbólico, demandando uma metodologia interpretativa que valorize as múltiplas vozes e contextos envolvidos. As informações secundárias foram obtidas por meio de fontes públicas e relatórios institucionais, com a devida autorização ética para citação e análise.

A dimensão temporal da pesquisa abrangeu o período de 2019 a 2024, com foco na consolidação do Programa Cooperativas Escolares e na expansão das experiências na região do Vale do Rio Pardo. As discussões foram complementadas por reflexões teóricas oriundas de encontros e eventos científicos da área da educação cooperativa, bem como por dados qualitativos compartilhados por educadores e gestores vinculados ao programa. Essa metodologia permitiu construir uma análise crítica do cooperativismo escolar como prática de aprendizagem democrática e emancipadora, reconhecendo suas potencialidades pedagógicas e desafios contemporâneos.



A análise dos dados e das experiências associadas ao Programa Cooperativas Escolares do Sicredi revela um movimento crescente de institucionalização e fortalecimento do cooperativismo educacional no Brasil, especialmente no Vale do Rio Pardo/RS. O programa, iniciado com ações pontuais na década de 2010, consolidou-se como um projeto pedagógico que alia educação financeira, liderança juvenil e formação cidadã, integrando-se a escolas públicas e privadas.

Os dados levantados até 2019 com atualização interpretativa a partir de relatórios internos e observações regionais indicam que a Sicredi Vale do Rio Pardo orienta cooperativas escolares em nove municípios, com destaque para Herveiras, Passo do Sobrado, Vale Verde e Sinimbu, que concentram seis cooperativas ativas. Esses números, embora modestos em termos quantitativos, apresentam relevância qualitativa por evidenciarem a inserção das escolas em uma rede regional de cooperação e aprendizagem solidária.

A vivência cooperativa como experiência de aprendizagem

O estudo evidencia que as cooperativas escolares representam laboratórios sociais de aprendizagem democrática, nos quais os estudantes participam de assembleias, elegem dirigentes, tomam decisões coletivas e planejam ações voltadas à comunidade. Tais práticas concretizam o princípio de “aprender fazendo”, descrito por Dewey, e reafirmam a dimensão social da aprendizagem defendida por Freinet.

Ao incorporar a gestão participativa no cotidiano escolar, o programa favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas — como comunicação, empatia, resolução de problemas e responsabilidade social. Segundo Candau (2023), essas experiências de participação ativa reconfiguram a escola como um espaço de convivência democrática, em que o saber é construído na relação entre sujeitos e contextos.

As cooperativas escolares têm potencial para ressignificar a educação econômica e ambiental, ao vincular produção, consumo e sustentabilidade. Em escolas do Vale do Rio Pardo, por exemplo, muitas cooperativas dedicam-se a projetos de reciclagem, hortas comunitárias e produtos artesanais, promovendo o vínculo entre teoria e prática e

estimulando a consciência ecológica — dimensão essencial para uma pedagogia integral e sustentável, conforme propõe Morin (2021).

A mediação docente e o papel da escola cooperativa

Um aspecto decisivo nas experiências de cooperativismo escolar é o papel do professor orientador, cuja atuação ultrapassa a função tradicional de transmissor de conteúdos e se redefine como mediador de processos e de significados. No contexto das cooperativas escolares, o docente não é a fonte exclusiva do saber, mas o facilitador das aprendizagens e coordenador das relações cooperativas que emergem no grupo. Sua função é criar condições para que os estudantes aprendam de forma autônoma, crítica e solidária, experimentando na prática os princípios democráticos e participativos do cooperativismo.

De acordo com Balzan (2018), o êxito de uma cooperativa escolar depende da capacidade pedagógica do professor em transformar o espaço da cooperativa em um ambiente de experimentação e protagonismo, onde o aluno possa se reconhecer como sujeito histórico e corresponsável pela construção coletiva do conhecimento. A autora demonstra, em seu estudo sobre a Cooperativa Escolar Bom Pastor, que o professor orientador exerce um papel de liderança compartilhada, fundamentada na confiança, na escuta ativa e na gestão colaborativa das decisões. Essa relação horizontal rompe com a lógica hierárquica da escola tradicional e instaura uma pedagogia da convivência, em que a aprendizagem é também um exercício ético de cooperação e de empatia.

Essa concepção de docência mediadora está intimamente ligada à epistemologia da complexidade proposta por Morin (2021). Para o autor, educar exige compreender a teia de inter-relações que constitui o ser humano e o mundo, reconhecendo a interdependência entre razão, emoção, ética e solidariedade. A função do educador, portanto, é articular os saberes fragmentados, promovendo uma visão integrada da realidade. Na escola cooperativa, essa tarefa se concretiza quando o professor orientador favorece o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e entre os próprios estudantes, estimulando a aprendizagem coletiva e o pensamento crítico-reflexivo.

Assim, a mediação docente nas cooperativas escolares não se restringe a orientar tarefas, mas implica cultivar uma ecologia das aprendizagens — no sentido moriniano em que o conhecimento se constrói no entrelaçamento de experiências, valores e contextos. O professor torna-se um “tecelão da complexidade”, integrando dimensões cognitivas, afetivas e sociais do processo educativo. Ao adotar essa postura, ele não apenas ensina a cooperar, mas aprende a cooperar com os estudantes, reconhecendo o caráter intersubjetivo e coautorial do ato educativo.

O diálogo entre os princípios do cooperativismo e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas é, nesse cenário, elemento estruturante. As instituições que conseguem integrar de forma orgânica as práticas cooperativas ao seu cotidiano são aquelas que superam a visão reducionista de projeto extracurricular e incorporam o cooperativismo como filosofia educacional. Como destacam Libâneo (2022) e Gadotti (2020), a transformação educativa não decorre apenas da introdução de metodologias inovadoras, mas de uma mudança cultural mais profunda: o cooperativismo deve atravessar o currículo, o ethos institucional e as relações interpessoais, transformando a escola em comunidade de aprendizagem democrática.

Sob essa perspectiva, a docência mediadora atua em convergência com a pedagogia da complexidade de Morin e com a pedagogia da solidariedade de Balzan, promovendo uma formação integral que une pensamento crítico, sensibilidade e engajamento social. O professor orientador é, portanto, um agente de emancipação cognitiva e comunitária, cuja prática desafia o individualismo escolar e resgata o sentido ético-político da educação.

Nesse horizonte, as escolas cooperativas contribuem para o fortalecimento de uma educação democrática, compreendida por Boaventura de Sousa Santos (2023) como um processo de coautoria de saberes e poderes. Ao permitir que crianças e jovens participem ativamente da gestão escolar, as cooperativas promovem o exercício de uma “democracia de alta intensidade”, que transcende a mera formalidade institucional e se realiza nas práticas cotidianas de diálogo, partilha e solidariedade. Nessa lógica, a mediação docente assume uma dimensão ontológica e política: ensinar é cooperar, e cooperar é formar sujeitos conscientes de sua responsabilidade coletiva no mundo.

A mediação docente, ao instaurar processos horizontais de diálogo e participação, constitui o núcleo pedagógico que sustenta o desenvolvimento do capital social nas comunidades escolares. É a partir dessa interação entre educadores, estudantes e território que as cooperativas escolares transbordam o espaço da sala de aula e se tornam polos de engajamento comunitário e inovação democrática, como se analisa na seção seguinte.

Capital social e impacto comunitário

Entre os resultados mais significativos observados nas experiências promovidas pelo Sicredi Vale do Rio Pardo, destaca-se o fortalecimento das redes de colaboração entre escola, família e comunidade, que configuram a base relacional da prática cooperativa. As cooperativas escolares emergem, assim, como espaços sociais que transcendem a dimensão pedagógica e se tornam núcleos de mobilização comunitária, onde o aprendizado se articula à produção de vínculos, reciprocidade e confiança.

Sob a lente sociológica de Bourdieu (2002), o capital social não é apenas uma rede de contatos ou solidariedades espontâneas, mas um recurso relacional acumulado e legitimado que possibilita acesso a outras formas de capital cultural, simbólico e econômico. No contexto escolar, esse capital manifesta-se quando as relações entre os atores educativos (professores, alunos, famílias e instituições) se transformam em disposições duráveis de cooperação, isto é, em estruturas objetivas e subjetivas que ampliam o potencial formativo e social da comunidade.

Diferentemente da concepção funcionalista de Putnam (2000), centrada na confiança e na participação cívica, Bourdieu enfatiza que o capital social está atravessado por relações de poder e desigualdade, sendo, portanto, também um campo de disputa simbólica. Ao transpor essa reflexão para o universo das cooperativas escolares, compreende-se que tais experiências não se limitam a reproduzir redes sociais, mas produzem novas formas de capital relacional, baseadas na redistribuição simbólica do poder educativo. O estudante, antes receptor do conhecimento, torna-se sujeito ativo de reconhecimento e de pertencimento, construindo sua autoridade social pela prática da cooperação.

Autores contemporâneos como Santos (2023) e Rosanvallon (2021) ampliam esse debate ao argumentar que o fortalecimento do capital social depende da reinvenção da democracia cotidiana. Para Santos, as redes de solidariedade e de autogestão local constituem formas de “democracia de alta intensidade”, nas quais o poder se descentraliza e se redistribui de forma participativa. Nesse mesmo horizonte, Rosanvallon defende a emergência de uma “sociedade da interdependência”, na qual a coesão social é construída pela empatia ativa e pelo reconhecimento mútuo. As cooperativas escolares, ao promoverem o engajamento coletivo e a corresponsabilidade, traduzem esses princípios em práticas pedagógicas concretas.

Essa dimensão relacional também é abordada por Gohn (2020), ao analisar o papel da educação não formal e comunitária na formação de sujeitos sociais. Para a autora, as experiências cooperativas e associativas fortalecem o tecido social e ampliam a noção de cidadania, ao integrar dimensões educativas, políticas e culturais. Nessa perspectiva, o capital social gerado pelas cooperativas escolares não é apenas um efeito colateral da convivência, mas um produto intencional de uma pedagogia participativa, que busca reconstituir laços comunitários em meio à fragmentação social contemporânea.

O impacto do programa transcende os limites escolares, pois estimula jovens, famílias e professores a repensarem o sentido da cooperação e do pertencimento. Em muitos municípios do Vale do Rio Pardo, estudantes das cooperativas passaram a exercer papéis de liderança comunitária e protagonismo social, desenvolvendo competências cidadãs que ultrapassam a sala de aula. Essa inserção ativa confirma a tese de Nóvoa (2021) de que a escola, quando articulada a práticas sociais significativas, se torna “instituição de coesão civilizatória”, capaz de promover a reconstrução ética das comunidades e a revitalização do espaço público.

A leitura crítica desse fenômeno permite afirmar que as cooperativas escolares não apenas reforçam a aprendizagem integral, mas reconfiguram o espaço escolar como um campo de produção de capital social e cultural. Nesse campo, segundo a terminologia bourdieusiana, os sujeitos se engajam em lutas simbólicas que redefinem o valor do saber, do pertencimento e da cidadania. A escola cooperativa, portanto, atua como um

microcosmo de redistribuição simbólica, no qual as práticas educativas convertem-se em práticas de reconhecimento, solidariedade e poder compartilhado.

Essa perspectiva se alinha à proposta de uma pedagogia da emancipação e da solidariedade, defendida por Morin (2021), que enfatiza a interdependência como princípio ético e cognitivo do futuro da educação. Para Morin, é preciso educar para a consciência planetária e para a coesão das comunidades humanas, superando o isolamento individualista e a fragmentação dos saberes. As cooperativas escolares, ao articular ação local e reflexão global, constituem uma tradução concreta dessa pedagogia complexa: formam sujeitos autônomos, solidários e corresponsáveis pela vida coletiva, capazes de compreender que cooperar é um ato político de produção de sentido e de futuro.

Assim, compreendido à luz de Bourdieu e de autores contemporâneos, o capital social gerado pelas cooperativas escolares ultrapassa o domínio instrumental. Ele se transforma em força simbólica e emancipadora, capaz de sustentar novas formas de organização social que desafiam a lógica competitiva e mercantil da modernidade. As escolas cooperativas, nesse sentido, representam núcleos de inovação democrática e cultural, onde a educação se converte em prática de resistência, criatividade e reconstrução do comum.

A análise das experiências do Sicredi Vale do Rio Pardo evidencia que o cooperativismo escolar não apenas ressignifica a prática pedagógica, mas transforma a escola em um espaço de circulação simbólica e de redistribuição do poder educativo. Essa constatação reforça a importância de compreender o cooperativismo como um processo educativo e social que atravessa dimensões cognitivas, éticas e comunitárias, preparando o terreno para as reflexões conclusivas que seguem.

Considerações Finais

A análise realizada permite compreender que as Cooperativas Escolares, especialmente as fomentadas pelo Sicredi no Vale do Rio Pardo/RS, constituem um modelo pedagógico inovador que alia formação cidadã, protagonismo estudantil e desenvolvimento comunitário. Mais do que iniciativas extracurriculares, essas cooperativas

configuram-se como espaços de vivência democrática e de produção de conhecimento situado.

Ao articular princípios do cooperativismo com metodologias participativas, o programa promove a aprendizagem integral e o fortalecimento do capital social, reafirmando a escola como território de transformação. O estudo evidencia que a cooperação, quando incorporada ao cotidiano pedagógico, potencializa não apenas as aprendizagens cognitivas, mas também as dimensões afetivas, éticas e políticas da formação humana.

Entretanto, o avanço dessas experiências depende da consolidação de políticas públicas de incentivo à educação cooperativa, da formação continuada de professores e da ampliação das redes interinstitucionais de apoio. Como defendem Morin (2021) e Santos (2023), é urgente promover uma ecologia educativa que valorize a diversidade de saberes, integre escola e comunidade e resgate o sentido público da educação.

Conclui-se que o cooperativismo escolar representa não apenas uma prática pedagógica, mas uma utopia realizável: um modelo de escola pautado na solidariedade, na autonomia e na corresponsabilidade. Seu potencial formativo aponta para uma educação capaz de formar sujeitos críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, participativa e sustentável uma educação que, em essência, ensina a cooperar para transformar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Educação e Resistência: travessias de um tempo sombrio**. São Paulo: Cortez, 2021.

BALZAN, A. D. R. **Cooperativas Escolares: a experiência da Cooperativa Escolar Bom Pastor**. Santa Maria: UFSM, 2018.

BLOGSPOT. *Mapa dos municípios do Vale do Rio Pardo*. 2010. Disponível em: <<https://observadr.org.br/dados-e-mapas-regionais-do-vale-do-rio-pardo/>>. Acesso em: 18/03/2026.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **As formas de capital**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). Pierre Bourdieu: escritos de educação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 65–94.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CANDÁU, Vera Maria F. **Educação, Direitos Humanos e Diversidade Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 3. ed. Brasília: Liber, 2008.

DELORS, Jacques (org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO. São Paulo: Cortez, 1998.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

FREINET, Célestin. **Pedagogia do bom senso**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Sustentabilidade: princípios para um novo tempo**. São Paulo: Cortez, 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, aprendizagem e cultura política**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Política Educacional: desafios contemporâneos da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

NÓVOA, António. **A Escola e o Mundo: entre o local e o global**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2021.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **A sociedade dos iguais**. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. São Paulo: Autêntica, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SCHNEIDER, José Odelso. **Educação e Capacitação Cooperativa: desafios e perspectivas**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

SICREDI. **Guia do Programa Cooperativas Escolares**. Porto Alegre: Fundação Sicredi, 2019.

Recebido em: 31 de dezembro de 2025

Aceito em: 06 de março de 2026

Publicado online em: 19 de março de 2026